



IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – SENASS
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis – 04 a 06 de julho de 2022

TRABALHO DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-19

FEITOSA, Juliana Biazze¹

BERG, Daniel²

CARVALHO, Larissa Romão de³

CONCEIÇÃO, Hellen Cristina de Castro⁴

SAMPAIO, Eloy San Carlo Maximo⁵

RESUMO

Desde sua origem, a educação pública possui um caráter utilitarista e nas décadas de 1980 e 1990, com o fortalecimento das pedagogias da nova escola, a negação do ensino e da transmissão do conhecimento foi amplamente difundida no Brasil, impactando o trabalho docente. A recuperação histórica evidenciou que o professor é mais um trabalhador submetido à exploração do capital, sujeito ao adoecimento e ao cerceamento dos direitos trabalhistas. Nosso objetivo nessa comunicação oral é o de analisar como o trabalho do professor do ensino regular da educação pública é afetado no período de pandemia do COVID-19, a partir do relato de experiência do projeto de extensão denominado *Trabalho, COVID-19 e seus desdobramentos: criando espaço de cuidado*. A execução do projeto de extensão nos possibilitou concluir que o trabalho docente se precarizou ainda mais em tempos de pandemia, intensificando o sofrimento psíquico e a necessidade de atenção à saúde.

Palavras-chave: Trabalho docente; Covid-19; Saúde do trabalhador.

¹Doutora em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá, Docente do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: juliana_biazze@yahoo.com.br. Telefone: (45) 99942-8785. Endereço: Av. Lourdes Solino, 195 - St. Sussuapara, Miracema do Tocantins - TO, 77650-000. Apresentadora.

² Discente do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: danielberg@mail.uft.edu.br. Telefone: (63) 3366-8602. Endereço: Av. Lourdes Solino, 195 - St. Sussuapara, Miracema do Tocantins - TO, 77650-000.

³ Discente do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: larissa.romao@mail.uft.edu.br. Telefone: (63) 3366-8602. Endereço: Av. Lourdes Solino, 195 - St. Sussuapara, Miracema do Tocantins - TO, 77650-000.

⁴ Discente do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: hellen.castro@mail.uft.edu.br. Telefone: (63) 3366-8602. Endereço: Av. Lourdes Solino, 195 - St. Sussuapara, Miracema do Tocantins - TO, 77650-000.

⁵ Doutor em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo, Docente do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: eloy sancarlo@mail.uft.edu.br. Telefone: (63) 3366-8602. Endereço: Av. Lourdes Solino, 195 - St. Sussuapara, Miracema do Tocantins - TO, 77650-000.

INTRODUÇÃO

A educação pública é produzida no capitalismo, como resultado da luta de classes e do reconhecimento pela classe dominante de que ela se fazia necessária para compensar os problemas intelectuais e físicos derivados da divisão do trabalho nas manufaturas, bem como colaborar para a manutenção da ordem social, como defendia Adam Smith (1723 - 1790), reconhecido como filósofo do liberalismo econômico. Nos idos do século XVIII, Smith (1996) em sua obra intitulada *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*, propunha uma educação diferenciada de acordo com a classe socioeconômica. Ao Estado competia ofertar uma educação utilitária e em doses homeopáticas à população em geral, garantindo o ensinamento de matérias mais essenciais da educação, tais como: a geometria, mecânica e gramática. Bastava que a classe trabalhadora aprendesse a ler, escrever e calcular. A educação dos afortunados era custeada pela própria família e recomendava-se que os filhos fossem enviados às escolas dos filósofos e retóricos. Vide alguns excertos de sua clássica obra:

Embora, porém, as pessoas comuns, não possam em uma sociedade civilizada ser tão bem instruídas como as pessoas de alguma posição e fortuna, podem aprender as matérias mais essenciais da educação - ler, escrever e calcular (...).

Com gastos muito pequenos, o Estado pode facilitar, encorajar e até mesmo impor a quase toda a população a necessidade de aprender os pontos mais essenciais da educação (Smith, 1996, p. 67). Além disso, um povo mais instruído e inteligente sempre é mais decente e ordeiro do que um povo ignorante e obtuso (SMITH, 1996, p. 69).

Conforme Lazarini (2010, p. 197), Adam Smith reconhecia as consequências negativas produzidas pelo processo da divisão manufatureira do trabalho na vida dos trabalhadores e propunha uma educação capaz de minimizar “à atrofia física e intelectual advinda das funções exercidas nos processos de trabalho (...), fornecendo lhes os subsídios civilizatórios que os livrasse da obliteração intelectual crassa e da degeneração moral que punha em risco a própria divisão do trabalho tal como ela estava estruturada.

Na perspectiva do Marxismo, o trabalho é compreendido como um processo humano consciente e planejado, que constitui o homem socialmente:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a de fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria Natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 1985, Tomo I, p. 153).

Ocorre que no modo de produção capitalista o trabalho útil (que diferencia o homem dos demais animais, fundando a sociabilidade humana) se torna abstrato quando as energias físicas e intelectuais são direcionadas para a produção de mercadorias e valorização do capital, evidenciando sua dupla faceta, como aponta o sociólogo marxista Ricardo Antunes:

(...) se podemos considerar o trabalho como um momento fundante da sociabilidade humana, como ponto de partida de seu processo de humanização, também é verdade que na sociedade capitalista o trabalho se torna assalariado, assumindo a forma de trabalho alienado, fetichizado e abstrato. Ou seja, na medida em que ele é imprescindível para criar riquezas para o capital, ele se transforma em objeto de sujeição, subordinação, estranhamento e reificação. O trabalho se converte em mero meio de subsistência, tornando-se uma mercadoria especial, a força de trabalho, cuja finalidade precípua é valorizar o capital (ANTUNES, 2018, p. 122).

No modo de produção capitalista, o trabalhador produz cada vez mais riqueza, enquanto sua situação econômica se torna mais precária, aumentando a cada dia a pobreza (MARX, 1998). Ainda conforme Antunes (2009, p. 38), o capitalismo não sobrevive sem a força do trabalhador. “Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo”. O neoliberalismo disseminou nos países capitalistas as ideias de privatização acelerada e reestruturação produtiva, diminuindo os direitos sociais dos trabalhadores e tornando as grandes empresas cada vez menos responsáveis pelo trabalhador (ANTUNES, 2001).

Frente a esse contexto, o interesse pela extensão e pesquisa ganha forma, pois ao rever a história e a maneira como o trabalhador é colocado de lado, o questionamento sobre efeitos do capitalismo no trabalho docente e na educação pública da atualidade emerge e incita uma discussão. Mostramos nesse estudo que desde sua origem, a educação pública possui um caráter utilitarista. Nas décadas de 1980 e 1990 com o fortalecimento das pedagogias da nova escola, que giram em torno dos princípios como aprender a aprender, aprender fazendo e aprender no cotidiano, a negação do ensino e da transmissão do conhecimento foi amplamente difundida no Brasil. “Pertencem a esse universo o construtivismo, a pedagogia das competências, a pedagogia do professor reflexivo (também poderia ser chamada de pedagogia do conhecimento tácito), a pedagogia dos projetos, o multiculturalismo, entre outras”. Com isto, foi se construindo a ideia de que ser crítico se resume a rejeitar a pedagogia tradicional e aderir às novas pedagogias, consideradas democráticas (DUARTE, 2006, p.100).

Criou-se um senso comum acadêmico bastante negativo em relação à ideia de que a escola seja uma instituição com função social de universalização do conhecimento científico, artístico e filosófico. Parece que a aquisição desse conhecimento seria algo de escasso valor para a formação das crianças e dos jovens e chega-se mesmo à negação de que existam conhecimentos que devam ser transmitidos. O professor não é aquele que ensina, o currículo não é constituído de conteúdos de valor universal e

o aluno deve aprender a buscar por si próprio os conhecimentos ou informações que tenham utilidade para seu cotidiano (DUARTE, 2006, p. 100-101).

O citado autor ressalta que o cotidiano é caracterizado por atividades heterogêneas e simples, que requerem um uso do conhecimento pragmático e empírico. Neste sentido, caberia a ciência, a arte e a filosofia fazer a mediação entre o homem e sua vida cotidiana; contudo, uma inversão tem ocorrido na sociedade capitalista contemporânea: a vida cotidiana tem sido considerada o fim e a referência para todas as relações das pessoas com a sociedade. Esse processo de alienação vem ocorrendo igualmente na área da educação escolar, desde a educação infantil até a pós-graduação, bem como, no processo de formação do pesquisador em educação nos cursos de mestrado e doutorado.

Chauí (2003) também afirma que a universidade da atualidade se encontra fragmentada, sendo regida por contratos de gestão, planejada para ser flexível e avaliada por índices de produtividade e não pela produção de conhecimento relevante e comprometido com a coletividade. O conhecimento torna-se subjugado às normas e procedimentos organizacionais.

A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas/aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc. Nela, a docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para os estudantes, de preferência ricos em ilustrações e com duplicata em CD-ROM (CHAUÍ, 2003, p. 7).

Ainda conforme a filósofa, na universidade/organização o professor não é selecionado pelo domínio do conhecimento de sua disciplina e suas relações com as áreas afins, mas sim por ser um pesquisador especialista em potencial ou porque se submete a regimes de trabalho precários.

A docência é pensada como habilitação rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos, pois se tornam, em pouco tempo, jovens obsoletos e descartáveis; ou como correia de transmissão entre pesquisadores e treino para novos pesquisadores. Transmissão e adestramento. Desapareceu, portanto, a marca essencial da docência: a formação (CHAUÍ, 2003, p. 7).

Essa falta de compromisso com a transmissão do conhecimento acumulado e sistematizado na universidade vai ressoando na formação e atuação dos professores do ensino regular. Face ao exposto, nosso objetivo nessa comunicação oral é o de analisar como o trabalho do professor do ensino regular da educação pública é afetado no período de

pandemia do COVID-19, a partir do relato de experiência do projeto de extensão denominado “Trabalho, COVID-19 e seus desdobramentos: criando espaço de cuidado”, que elegeu como público-alvo os servidores públicos da área da educação, vinculados à Secretaria da Administração do Governo do Tocantins (SECAD-TO).

Conforme demonstramos, a relação entre trabalho e sofrimento é histórica. Nenhum trabalhador está isento aos ditames neoliberais, inclusive os que realizam o trabalho nos serviços públicos. Entender como o trabalho docente é afetado frente à pandemia do Covid-19 se justifica pelos trabalhadores se encontrarem ainda mais fragilizados e afetados em sua saúde mental.

DESENVOLVIMENTO

O projeto de extensão intitulado *Trabalho, Covid-19 e seus desdobramentos: criando espaços de cuidado* foi idealizado por dois docentes do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins - Câmpus Miracema e contou com a participação de três discentes do referido curso em sua execução. Tinha-se como objetivo assegurar espaços de cuidado aos trabalhadores afetados pelos desdobramentos da pandemia do Covid-19 em seus contextos de trabalho. Para cumprir com essa tarefa, no desenvolvimento de nossas ações procuramos promover reflexões críticas sobre o trabalho na era do Capital, construir estratégias para manutenção da saúde mental no trabalho na sociedade posta e estimular o trabalho coletivo com forma de minimizar a fragmentação do trabalho. Sua proposição foi uma resposta à demanda da SECAD-TO, que identificou que os servidores públicos do Estado do Tocantins necessitavam de ações de cuidado, em razão dos efeitos da pandemia da Covid-19 nos processos de trabalho e por conseguinte, na vida privada de seus trabalhadores.

Nosso projeto de extensão foi executado no período de junho a dezembro de 2021 e adotou como metodologia as rodas de conversa. De acordo com Melo et al (2016), é por meio das rodas de conversa que se problematiza a realidade e assim a conscientização acontece, é uma aprendizagem regada de significados que se relacionam a experiências, condutas, acontecimentos e dilemas que formam diferentes situações. A frequência dos encontros era semanal, com duração de 1 hora e 30 minutos, totalizando a carga horária aproximada de 160 horas, sendo contabilizado nesta carga horária: as conduções grupais, preparação dos encontros, supervisão e avaliação dos encontros e finalização do projeto de extensão. Os encontros aconteceram na modalidade on-line, por meio da plataforma Google Meet e trabalhamos com três grupos, compostos por no máximo 20 participantes.

Sustentado por uma perspectiva histórico-crítica, o projeto de extensão se estruturou em três eixos centrais, a saber:

1. Compreensão da categoria trabalho ao longo da história e suas características no modo de produção em vigor;
2. Impactos na saúde do trabalhador e estratégias de enfrentamento frente a este cenário;
3. Desdobramentos da pandemia do Covid-19 na subjetividade e nos processos de trabalho e estratégias de manejo do estresse no contexto de trabalho.

Os temas trabalhados nos encontros foram: história do trabalho, trabalho na era do Capital, trabalho e contemporaneidade, pandemia do Covid 19, subjetividade e trabalho, estresse, burnout e construções coletivas para gestão do trabalho.

Quanto aos resultados alcançados, os professores participantes valorizaram a abordagem crítica sobre a categoria trabalho, relataram o sentimento de pouca valorização de suas atividades profissionais e da própria educação e sobre como os ditames do neoliberalismo atravessam a prática docente, a saber: acúmulo de função, carga horária excessiva, o fato de o sistema educacional estimular a aprovação, mesmo sem o aluno demonstrar condições para tanto; a meta imposta de evasão zero e os demais mecanismos de esvaziamento do conteúdo e da função social da escola de transmissão do conhecimento formal, sendo delegado aos professores responsabilidades atribuídas a figuras parentais. Tais fatos, conforme os referidos professores impactam a vida familiar, a saúde física e mental, como podemos observar nas falas de alguns dos integrantes: *“Professor não tem identificação, é um povo ‘encardido’ de sofrimento”, O sistema quer derrubar o jeito do professor agir na sala de aula, não ajuda o professor”*.

Keppler e Yamamoto (2016, p. 49) assinalam que “essa relação conflituosa entre saúde e trabalho no sistema vigente é parte da contradição estrutural da relação capital-trabalho”. Embora a produção e o capitalismo tenham evoluído, não houve o mínimo interesse em buscar por melhorias nas condições de trabalho. Ainda conforme os autores, em sua lógica destrutiva, o capital não reconhece nenhuma barreira para a precarização do trabalho. A exploração sem limites da força de trabalho é em si expressão das contradições estruturais de dada forma de sociabilidade que, ao mesmo tempo em que não pode prescindir do trabalho vivo para sua reprodução, necessita explorá-lo ao extremo, impondo-lhe o sentido mais profundo de sua mercantilização: a abreviação de seu tempo de uso como resultado do aprofundamento, pelo adoecimento, de sua característica de mercadoria de alta descartabilidade. As mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas

resultaram na constituição de um exército de trabalhadores mutilados, lesionados, adoecidos física e mentalmente, muitos deles incapacitados de forma definitiva para o trabalho.

Em complemento, Antunes e Praun (2015, p. 414) no artigo científico denominado *A sociedade dos adoecimentos no trabalho* destacam que:

A pressão pela capacidade imediata de resposta dos trabalhadores às demandas do mercado, cujas atividades passaram a ser ainda mais controladas e calculadas em frações de segundos, assim como a obsessão dos gestores do capital em eliminar completamente os tempos mortos dos processos de trabalho, tem convertido, paulatinamente, o ambiente de trabalho em espaço de adoecimento.

Não apenas a alta produtividade, como também a flexibilidade que o trabalhador passa a ter que exercer devido à informatização de processos produtivos e a presença de máquinas nas grandes corporações e indústrias são fatores que geram o adoecimento. Não se trata somente da exploração operacional como vem sendo tratado até então, mas a força de trabalho intelectual também vem sendo afetada, uma vez que o Capital exige cada vez mais o produtivismo. Isso se deve aos ditames do neoliberalismo, que de acordo com Chauí (2000) implicou o abandono da política do Estado do Bem-Estar Social (políticas de garantia dos direitos sociais) e o retorno à ideia liberal de autocontrole da economia pelo mercado capitalista, afastando, portanto, a interferência do Estado no planejamento econômico.

É verdade que as lutas populares nos países de capitalismo avançado ampliaram os direitos e que a exploração dos trabalhadores diminuiu muito, sobretudo com o Estado do Bem-Estar Social. No entanto, houve um preço a pagar: a exploração mais violenta do trabalho pelo capital recaiu sobre as costas dos trabalhadores nos países do Terceiro Mundo (CHAUI, 2000, p. 561).

Ao longo da execução do projeto de extensão, ficou evidente que a pandemia do Covid-19 precarizou ainda mais as condições de trabalho, considerando que os professores passaram a manter economicamente o desenvolvimento de suas atividades docentes, principalmente no que se refere ao uso da internet, luz e materiais de papelaria e escritório. Conforme a percepção dos professores, as atividades remotas não só deixaram o tempo de trabalho diluído no tempo de convivência familiar e de lazer, como também aumentaram significativamente a demanda de produção, o cansaço e esgotamento.

Observamos que à medida que um professor relatava sua condição de sofrimento ou contava sobre uma situação problema, outro participante contribuía com palavras de apoio e apresentava vivências similares, evidenciando que a situação descrita não era apenas da ordem do individual, a relevância do grupo no acolhimento de seus membros e para o planejamento de estratégias coletivas para a minimizar os efeitos negativos da situação posta.

Quanto a saúde mental, a pandemia do Covid -19 potencializou o medo do desconhecido, da morte, das relações sociais, impactando na subjetividade e por conseguinte

nos processos de trabalho, acarretando um maior adoecimento e necessidade de acompanhamento especializado na área da saúde nesse período.

Apesar da precarização dos processos de trabalho, dos impactos negativos da pandemia na subjetividade e contexto de trabalho, na terceira etapa do projeto conseguimos produzir estratégias para o manejo do sofrimento no trabalho e para qualificar o desenvolvimento das práticas educativas em tempos de pandemia. Os próprios professores relataram experiências criativas para viabilizar a educação no cenário da pandemia, sendo compartilhadas as experiências exitosas, as fotos dos projetos pedagógicos desenvolvidos e trocas de afeto e apoio mútuo.

No dia destinado à avaliação da execução do projeto de extensão, os participantes manifestaram o impacto positivo que a vivência propiciou de forma geral, apontando que o dispositivo do grupo, o acolhimento, a troca de saberes e experiências produziu bem-estar naqueles trabalhadores, minimizando os sentimentos de solidão e desespero, aumentados no período da pandemia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A execução do projeto de pesquisa nos possibilitou concluir que o trabalho docente se precarizou ainda mais em tempos de pandemia, intensificando o sofrimento psíquico e a necessidade de atenção à saúde, evidenciando que o professor é mais um trabalhador submetido à exploração do capital, sujeito ao adoecimento e ao cerceamento dos direitos trabalhistas.

Em meio ao imprevisto circunscrito à pandemia do Covid-19, a vida se reorganiza e novas configurações de relação, comunicação e trabalho são produzidas. Tais acontecimentos reforçam a necessidade de espaços de fala, compartilhamento, promoção do cuidado e de atenção à saúde mental, tal como propusemos oferecer no referido projeto de extensão. Consideramos que as ações do projeto possibilitaram identificar as principais dificuldades encontradas pelos servidores da SECAD e que o caminho para a superação destas se materializa nas produções coletivas. Ao acolhermos o sofrimento e as decepções junto ao grupo, pudemos planejar estratégias de enfrentamento a algumas dessas problemáticas. Demandas mais pessoais, como sofrimento psíquico mais intenso de algum participante, foram encaminhadas junto à SECAD, com vistas a assegurar à saúde integral.

Apesar de alguns problemas pontuais, como por exemplo acesso ruim à internet, a proposta foi desenvolvida de forma exitosa e foi possível a construção do vínculo, mesmo a relação ocorrendo no campo virtual. Percebemos que esse espaço idealizado pelo projeto de extensão rompeu um paradigma puramente institucional e encontrou um campo mais

terapêutico, no qual todos puderam falar, serem ouvidos e encontrar apoio nas narrativas dos colegas, cumprindo com a proposta inicial do projeto e obtendo importantes resultados na busca por espaços empáticos e de amparo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, SP: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R; PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/cbc3JDzDvxTqK6SDTQzJJLP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2.ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). *A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 37-50.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n.24, set - dez, p. 6-15, 2003.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2000. Disponível em: <https://home.ufam.edu.br/andersonlfc/Economia_Etica/Convite%20%20Filosofia%20-%20Marilena%20Chaui.pdf>. Acesso em 31 jul. 2021

DUARTE, N. A pesquisa e a formação de intelectuais críticos na pós-graduação em educação. *PERSPECTIVA*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 89-110, jan/jun, 2006.

KEPPLER, I. L. S.; YAMAMOTO, O. H. Psicólogos nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 16(1), 48-60, 2016. doi: 10.17652/rpot/2016.1.646

LAZARINI, A. Q. *A relação entre capital e educação escolar na obra de Dermeval Saviani: apontamentos críticos*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2010.

MARX, K. Carta de Marx a P. V. Annenkov. In: K, Marx. *A miséria da filosofia*. São Paulo, SP: Global, 1985.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. 3a ed (R, Barbosa & F. R, Kothe, trad.) Livro I. Vol I. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1988.

MELO, R. et al. Roda de Conversa: uma Articulação Solidária entre Ensino, Serviço e Comunidade. *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 40, n. 2, 2016, p. 301-309.

SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. (Coleção Os economistas). Vol. 1. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.